

REFLEXÕES SOBRE LEITURAS CRÍTICAS DO JORNALISMO, MEDIAÇÕES E PODER: uma perspectiva latino-americana

Ana Carolina Rocha Pessôa Temer¹, Simone Antoniaci Tuzzo²

¹Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, Brasil. anacarolina.temer@gmail.com; ²Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás, Brasil. simonetuzzo@hotmail.com.

Resumo: Este trabalho é parte de reflexões teóricas do Grupo de Pesquisa Rupturas Metodológicas para uma leitura crítica da mídia - UFG - Brasil e propõe um debate sobre o método da Leitura Crítica da mídia aplicado a análise das tensões que envolvem o jornalismo em uma tripla dimensão, ao mesmo tempo complementar e contraditória: tecnologia, meio e instituição. O estudo também contempla uma discussão da relação entre o jornalismo, a cidadania e as questões sociais numa perspectiva latino-americana de pesquisa qualitativa que, ao exigir do pesquisador um conhecimento macro do processo de produção midiático busca uma compreensão igualmente ampla dos seus limites e efeitos.

Palavras-Chave: Jornalismo; Prática social; Análise Crítica; Mediação; Pesquisa qualitativa.

Reflections on critical readings of journalism, mediations and power: a Latin American perspective

Abstract: This work is part of theoretical reflections made by the Research Group "Methodological Breaks for a Critical Reading of the Media" - UFG - Brazil and proposes a debate about the method of Critical Reading of the media applied to the analysis of the tensions that involve journalism in a triple dimension, at the same time complementary and contradictory: technology, environment and institution. The study also contemplates a discussion of the relationship between journalism, citizenship and social issues in a Latin American perspective of qualitative research that, by requiring the researcher a macro knowledge of the process of media production seeks an equally broad understanding of its limits and effects.

Keywords: Journalism; Social practice; Critical analysis; Mediation; Qualitative research.

1 Introdução

Este trabalho é parte de reflexões teóricas do Grupo de Pesquisa Rupturas Metodológicas para uma leitura crítica da mídia - UFG - Brasil, a partir de um debate sobre o uso da metodologia Leitura Crítica da mídia, e em particular na análise das tensões que envolvem o jornalismo em uma tripla dimensão, ao mesmo tempo complementar e contraditória: tecnologia, meio e instituição.

Entende-se que o acesso democratizado aos conteúdos jornalísticos, e das mídias de uma forma mais ampla, é uma condição essencial para a consolidação da cidadania e o exercício dos direitos políticos nos modelos de democracia contemporâneas. Esse aspecto fundamenta a relação de interdependência entre jornalismo e cidadania, formatando o jornalismo em si mesmo como um espaço relacional que é pressionado por diferentes setores da sociedade e que também pressiona a sociedade, o Estado, grupos sociais e até mesmo indivíduos, modificando ações e demandas, ou seja, instituindo, interferindo ou reformatando relações de poder.

Desta forma o jornalismo se constitui uma instituição e uma atividade relacional que é paralelamente fixa e inconstante: ao mesmo tempo que possui características imanentes, entre elas o compromisso com a verdade ou o relato de fatos verdadeiros e o compromisso com o interesse público, ele muda em função das configurações do Estado, das relações econômicas sociais, das relações sociais e outros

elementos que, de forma objetiva ou subjetiva, respondem/se adaptam e tencionam o jornalismo. Como consequência, a formatação, o conteúdo e até mesmo a percepção de interesse público mudam de acordo com continentes e países, mas também se readaptam em função do tempo e das condições empresariais, técnicas e sociais que igualmente se alteram com o passar dos anos.

Neste sentido, o modelo de jornalismo latino-americano é um espaço simbólico que desencadeia diferentes possibilidades de mediações complexas e em mutação, possibilitando (multi)interações, que inclui desde a sua (auto) apresentação como consequência e vetor de desenvolvimento técnico-tecnológico, elemento indispensável pela formatação das audiências, institucionalização de contratos de leitura, consolidação de hábitos de consumo, mas também ações de resistência que dá visibilidade a atores sociais múltiplos e contraditórios.

A complexidade destas relações despertou a atenção de vários autores. Dentre eles destacamos Max Weber (2001, 2005) Otto Groth (2011) e Martin-Barbero (2015, 2004). A partir deste conjunto teórico conceitual, entende-se que o jornalismo se desenvolve a partir de procedimentos de mediação, por meio dos quais grupos de especialistas, em geral com formação profissional e conhecimentos práticos e teóricos para ampliar a eficiência dos processos comunicativos, se servem de aparatos técnicos/tecnológicos para a difusão de conteúdos simbólicos para um público numericamente expressivo, geograficamente disperso e que, embora possam convergir em alguns pontos, também possuem um grau significativo de heterogeneidade.

Isso implica que o estudo do Jornalismo é sempre novo, pois a cada momento suas ações e conteúdos precisam ser revistos, buscando compreender as dinâmicas de poder nas quais a atividade se insere. As dinâmicas metodológicas que envolvem sua análise, portanto, devem ser também diferenciadas e potencialmente complexas. Neste sentido o texto que aqui se desenvolve tem como base a *Leitura Crítica da Mídia*, uma perspectiva latino-americana de pesquisa qualitativa que, ao exigir do pesquisador uma conhecimento macro do processo de produção midiático busca uma compreensão igualmente ampla dos seus limites e efeitos.

Acrescenta-se ainda que o texto apóia-se em uma intencional diferenciação entre o termo método e metodologias/técnicas de pesquisa, entendendo que o primeiro pode se apoiar ou utilizar-se de metodologias e técnicas, mas transcende a esta sendo em si mesmo uma opção filosófica/epistemológica que determina o olhar, a abordagem pela qual vai se buscar entender um objeto ou um processo produtivo.

2 Bases teórica: entendendo a mídia como um processo de Mediação

A origem latina do termo mediação tem base no francês *mediat/médiation*, mas pode ser melhor compreendido pelo seu derivado, *intermediation*¹. O significado comum do termo remete à noção de intermediar, de fazer mediação ou arbitragem entre duas pessoas, duas ideias ou posicionamentos. Consequentemente, o conceito de mediação sugere a presença de um *agente* ou dispositivo que se coloca entre outros dois indivíduos com capacidade de compreensão/decodificação, com finalidades específicas.

Nos trabalhos ligados aos estudos sobre comunicação, Benjamin (1992) foi o primeiro a conceituar a mediação, tendo como base a compreensão de que não é possível entender o que se passa culturalmente com as massas sem considerar sua experiência. Neste sentido, ele pensa mediação como uma relação que transforma as condições de produção em função das mudanças na experiência social (da cultura). Mais recentemente o termo foi apropriado por Martín-Barbero que, na década de

¹ Fora do espectro das línguas latinas, pode-se também compreender o termo a partir do inglês *mediate*, ou o alemão *Vermittlung*.

1980, inseriu a expressão na questão da hegemonia aplicada às relações culturais. Essa abordagem tem grande influência nos Estudos sobre a comunicação no Brasil e na América Latina, fomentando um novo olhar sobre questões relativas ao então chamado Imperialismo Cultural²

O largo uso do termo, no entanto, não garantiu uma apropriada definição conceitual. Mesmo Martín-Barbero, na obra que traz no título a expressão (Dos meios às mediações, publicado no Brasil em 1997) apresenta a ideia mediação a partir de um conjunto de dispositivos pelos quais “a hegemonia transforma por dentro o sentido do trabalho e da vida em comunidade.” (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 265). Embora evidencie que este *dispositivo* tem a capacidade de ligar dois polos e contribuir para que uma transformação aconteça a partir daí, a noção não fornece um conceito mais completo do que é mediação. Este esforço foi feito posteriormente por Orozco Gómez (1994), que além de apontar suas possibilidades metodológicas de utilização do termo mediação, descreveu e categorizou suas diferentes amplitudes. Com base no trabalho destes dois autores é possível dizer que a perspectiva da mediação é entender o processo de comunicação,

Trata-se, portanto, de uma perspectiva teórica/proposta de estudo na qual os processos produtivos das mídias são examinados, teoricamente ou empiricamente, a partir das rotinas produtivas, ideologias profissionais, produtos, práticas e efeitos, sem necessariamente se afastar do estudo formal do próprio texto midiático, uma vez que estes são espaços (reais e conceituais) nos quais ocorre uma mediação. A partir desta relação, e sempre considerando os trabalhos dos autores citados, entendemos mediação como uma prática social que absorve diferentes discursividades, vinculando estruturas, formas ou práticas (de produção, consumo etc.) diferenciadas a partir de lógicas ou temporalidades. A mediação, portanto é uma prática que se dá no *momentum* no qual o conteúdo absorvido é reorientado, ressignificado ou tem seu sentido ou valor redirecionado.

Consequentemente, a mediação é ação nas quais ocorre a materialidade da vida, ou no qual os indivíduos agem na reconfiguração da materialidade social e a expressividade cultural. Sendo ação, a mediação também requer um *locus*, que se configura como espaço de tensão, um lugar de vivência no qual os sentidos são tocados pela ambiguidade e eventualmente, transformados (MARTÍN-BARBERO, 2015, p. 233).

Sendo vivência e lugar, a perspectiva da mediação é particularmente viável para uma Leitura Crítica da Mídia que se apoie (mas não se limite) aos estudos empíricos, o que incentiva e explica seu uso por aqueles que não se importam em “sujar as mãos na cozinha da empiria”³, possibilitando análises que vão desde as questões sobre gênero textuais, sobre aspectos específicos da produção cultural industrializadas e outros elementos que tipificam a comunicação contemporânea. Ou ainda, todo um conjunto de elementos pertinentes aos estudos sobre mídia e particularmente, sobre o jornalismo.

3 A Leitura Crítica da Mídia enquanto método para estudo das mídias

Em uma pesquisa em comunicação é imprescindível uma escolha metodológica que coadune com os princípios teóricos adotados. Uma pesquisa sobre mídia, particularmente a de caráter qualitativo, além de se apoiar em Teorias da Comunicação⁴ deve buscar métodos que possibilitem as reflexões sobre os práticas comunicativas, considerando que toda prática carrega consigo uma teoria, um pensamento acerca daquela concepção.

² Nota sobre a expressão imperialismo cultural

³ A frase é uma referência à discussão de Bourdieu acerca do aristocratismo da Escola de Frankfurt (BOURDIEU e WACQUANT, 1992, p. 192-193).

⁴ Textualmente, Temer e Nery (2009, p. 10-11) trazem a seguinte definição para teorias da comunicação: “conjunto de ideias que buscam entender as ações humanas”.

Neste sentido, o ponto de partida da Leitura Crítica da Mídia está na interdependência estabelecida pela filosofia marxista chamada de *práxis*, que coloca o planejamento e a execução em campos comuns (POLISTCHUK E TRINTA, 2003). Ao trabalhar nesta perspectiva a leitura crítica da Mídia reconhece que a matéria prima comunicacional (a informação) é um elemento que se insere no processo de comunicação (mas não é o processo *per se*); e que este processo envolve resultados (efeitos) a curto, médio e longo prazo.

A Leitura Crítica da Mídia adequa-se aos estudos sobre mediação uma vez que o método busca desconstruir conteúdos e discursos, desvelando as ideologias que se escondem por traz das *práxis* de comunicação. Desta forma, a leitura crítica da mídia envolve a compreensão do próprio ato de leitura, entendendo que a leitura do mundo precede a leitura das mídias. Para isso é necessário distinguir entre a leitura como ato de decodificação, autonomia e criticidade dentro da perspectiva freiriana⁵, para quem “a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através da nossa prática consciente.” (FREIRE, 1989, p. 13)

A leitura crítica da Mídia é, portanto, um método que se inicia pelo conhecimento/reconhecimento dos significados que o leitor já havia construído, pela sua própria vida ou leitura da realidade onde vive, aí incluídas as suas percepções sobre a mídia e a sua credibilidade, responsabilidade social e atuações anteriores, no sentido de que a mídia *afeta* a sociedade, dialoga com ela, influenciando e reagindo às suas tensões e pressões.

Desta forma, a Leitura Crítica da Mídia envolve uma análise ancorada em questionamentos e anseios, em um processo que é marcado inicialmente pela inquietação, seguido de reflexões sobre o que está dito (por imagens, palavras, direcionamentos e enfoques) e, sobretudo, sobre o que fica implícito – o que não está dito mas ainda assim permanece presente. Ou seja, a Leitura Crítica da Mídia analisa conteúdos e ações midiáticas – as *práxis* – que sendo efetivas e reais, nunca estão totalmente concluídas, uma vez que sempre estarão se sobrepondo novas leituras. Neste sentido entende-se que

As comunicações são importantes não porque veiculem ideologias, mas sim porque, se de um lado fornecem as informações que colaboram para seu esclarecimento, de outra proporcionam entretenimento que elas procuram com avidez e sem o qual talvez não pudessem suportar o crescente desencantamento da existência. (RÜDIGER, 2007, p. 142-143)

Mas igualmente, a Leitura Crítica da Mídia também convida a observar que o principal não está somente no conteúdo dos meios, mas na compreensão destes conteúdos e nas ações que envolvem sua produção e consumo, em uma proposta de “[...] considerar tanto as instituições sociais e econômicas ‘objetivas’ da sociedade como os principais tipos de convicções que os agentes na sociedade conservam”(GEUSS, 1988, p. 93).

Consequentemente convém destacar que, assim como as Teorias críticas são opostas às teorias científicas⁶, também a Leitura Crítica da Mídia envolve uma crítica ao positivismo e à reabilitação da reflexão com uma categoria de conhecimento válido” (GEUSS, 1988, p. 9). No entanto, considerando que o método envolve um olhar, um direcionamento de como será desenvolvida a análise, a Leitura Crítica não se priva de se apoiar em técnicas amplamente utilizadas em pesquisas na área da comunicação. Apoiada na Análise de Conteúdo, na Análise Crítica do Discurso, ou mesmo no estudo das rotinas produtivas das mídias, a Leitura Crítica soma aos seus méritos um rigor formal que atende a pesquisa, mas sem se limitar aos rigores puros das técnicas. Sobretudo, a Leitura Crítica da Mídia

⁵ Para Freire, a leitura crítica é o inverso da leitura mecânica, em que o indivíduo apreende as palavras, mas não vai além dos seus significados imediatos, se resumindo ao ato de decodificar a mensagem

⁶ As científicas exigem confirmações empíricas a partir de experimentos e atividades totalmente positivistas e às críticas se mantém conforme o grau de aceitação de suas reflexões e a viabilidade/validade delas para aplicação no momento vigente. As teorias em ciência natural são “objetificantes”; as teorias críticas são “reflexivas”. (GEUSS, 1988, p. 8)

exige um conhecimento contextual e a percepção das mídias como um espaço de interação social no qual “a sociedade conversa com a sociedade” (BRAGA, 2001, p.17); em um processo de “[...] enfrentamento tensional que, direta ou indiretamente, possa resultar em crítica interpretativa [...]” (BRAGA, 2006, p.46).

Em uma elaboração mais abrangente, a Leitura Crítica da Mídia prevê uma *desalienação* ou iluminação por meio da reflexão, desvelando as ideologias que se escondem por traz de discursos e ações de autojustificação ética e de outros aspectos apregoados pelos seus produtores, a crítica dos conteúdos e das *praxis* com o propósito de imaginar uma outra situação possível, e ver o que não está evidente. É a prática do pensar além do óbvio e das evidências. É saber que quando o Estado, por meio de seus ministros⁷ diz que a prioridade é a operação Lava Jato, está dizendo também que outras ações serão secundárias; que a frase que aponta o número de crianças na escola oculta a somatória de crianças fora de escola, que a técnica (seus usos e mesmo seu desenvolvimento) não é neutra, que uma rotina de produção jornalística oprime práticas diferenciadas de produção, e assim por diante.

Por fim, a Leitura Crítica objetiva trazer as contribuições contemporâneas e atuais para analisar os diferentes aspectos das mídias a partir da ótica alternativa, entendo que esta leitura não é uma impossibilidade, apenas não é a mais comum. Da mesma forma, a Leitura Crítica da Mídia procura desvelar aos limites impostos pela natureza da produção midiática, cuja inserção no mercado capitalista é essencial para seu crescimento e/ou manutenção. Destaca-se ainda que justamente em função destes objetivos a Leitura Crítica da Mídia exige que o pesquisador tenha um conhecimento amplo da Teoria Crítica e esteja seguro em passear pelas vertentes que surgem deste pensamento, como as abordagens estruturalistas-semiológicas da Escola Francesa e as abordagens críticas latino-americanas que trabalham conceitos ligados à mediação.

No caso particular deste análise, buscou-se desenvolver uma Leitura Crítica do material efetivamente vinculado pelo Telejornalismo brasileiros ao enfocar relações de poder entre o Estado e outros setores da sociedade, destacando as contradições que cercam a cobertura jornalística como forma de analisar as próprias contradições de um modelo de jornalismo que, alicerçado na modernidade, enfrenta e afeta a complexidade das relações sociais contemporâneas e o próprio sentido de pertencimento e cidadania, e que, na busca de denunciar e divulgar, não enfrenta as verdadeiras questões de interesse público.

4 Jornalismo: poder no Brasil

O jornalismo no Brasil está historicamente vinculado a empresas privadas, cuja propriedade está, em grande parte, concentrada em famílias com interesses econômicos e políticos (locais/nacionais) expressivos. Essa oligarquia midiática tem delineado um perfil particular neste novo século: primeiro porque sua importância se manteve mesmo com a insurgência das novas tecnologias de Comunicação e Informação (as chamadas TICs) e com os investimentos externos nestes grupos; depois porque as alianças entre as elites locais e/ou regionais passaram por novas configurações em função de avanços de novos atores, em particular de grupos religiosos cujos investimentos no setor já se configuram como uma marca particular. Estes elementos, que inclusive afetam/afetaram a posição do um único grupo nacional associado a grupos transnacionais, as Organizações Globo, cuja mudança nos conteúdos jornalísticos abrem espaços para questionamentos sobre as dimensões políticas (o poder) do jornalismo frente a outras instituições.

Poder e política são dois termos intimamente ligados. Embora o conceito de poder varie no tempo e em função da corrente de pensamento abordada, ele pode ser definido a partir de uma visão mais

⁷ No caso específico, Raul Jugman recém empossado Ministro da Segurança Pública

ampla como a capacidade de fazer triunfar uma vontade. O poder, portanto, se realiza enquanto ação, e fora dela é uma aceção subjetiva, algo que se pode ter ou perder, algo atribuído ou associado a pessoas ou instituições por elementos subjetivos ou pela posse ou competência na utilização de bens ou recursos. Já a noção de política em sua origem derivada da palavra grega *polis*, e remete ao que diz respeito à vida social, civil e pública.

Bobbio (1986, p.83-84) nos introduz no espaço conceitual da democracia como “governo do poder visível” ou como “governo do poder público em público” em oposição ao poder autocrático. Assim, nas democracias, a política seria a atividade pública (visível) relativa às coisas públicas (do Estado). E é a mídia que tem o poder de definir o que é público no mundo contemporâneo, o que faz da mídia também um poder, o poder simbólico⁸ (que vulgarmente é tratado como quarto poder).

O entrelaçamento destes pontos ocorre porque os políticos necessitam de visibilidade, e portanto dependem do uso das mídias - do poder simbólico - para cultivar e sustentar não apenas os seus respectivos status enquanto *hombres públicos*, mas sobretudo para manter a crença na legitimidade do sistema. Esse elemento é um dos aspectos que reforça o jornalismo enquanto instituição cuja força dialoga e se impõe frente a outras instituições.

5 O jornalismo na perspectiva de Weber e Groth

Para Weber, a instituição jornalismo deve ser vista como uma ação racional tanto em relação aos fins quanto aos valores. A imprensa era objeto da atenção de Weber nos seus trabalhos datados do início do século XX, quando preocupou-se com a crescente influência dos *anunciantes* sobre os jornais. O autor, considerado um dos fundadores da Sociologia, conhecia o tema para além de uma abordagem teórica⁹, e apontava com propriedade que as empresas jornalísticas não podem ser compreendidas como “simplesmente empresas capitalistas com a ânsia do lucro, mas também organizações políticas que funcionam como clubes políticos” (WEBER, 1972, p. 80-81).

Justamente por entender que estudar o jornalismo e compreender a complexidade das relações de poder na sociedade contemporânea, Weber aposta em uma proposta teórica para análise do jornalismo como ação social racional de dois tipos: conforme os fins e conforme os valores. Considerado um intérprete com grande contribuição para o entendimento do desenvolvimento ocidental embasado em uma proposta de valorização da razão (a busca por uma sociedade racional), Weber apontava que as condutas serão tanto mais previsíveis quanto mais racionais. A importância e a aplicabilidade desta proposta e da metodologia compreensiva de Weber, repercute na contemporaneidade e delinea a noção de jornalismo como serviço de utilidade pública¹⁰.

⁸ O poder simbólico, por sua vez, refere-se à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e também de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas. Para exercer esse poder, é necessária a utilização de vários tipos de recursos mas, basicamente, usar a mídia, que produz e transmite capital simbólico.

⁹ O trabalho jornalístico de Max Weber raramente é lembrado quando se fala de sua trajetória intelectual, mas foi um trabalho que antecede a sua carreira acadêmica. Na juventude Weber escreveu para dois periódicos, ambos de inspiração cristã evangélica: o "Chronik der Chrislichen Welt", onde foi colunista, e o "Evangelisch-soziale Zeitfragen", onde foi diretor. Anos depois, foi um dos fundadores do jornal "Die Zeit" e colunista do popularíssimo "Frankfurter Zeitung", onde abordou temas políticos e culturais com vigor militante. Ainda contribuiu com outros periódicos de Berlim e Munique, todos de inspiração liberal-democrática.

¹⁰ Em termos históricos, o desenvolvimento do jornalismo moderno ocorre a partir de um processo que histórico definido pela necessidade humana de buscar informações. Modelos de proto-jornalismo, como as Atas Romanas, já prenunciavam a necessidade de formalizar processos de circulação de informação nos espaços urbanos. Essa necessidade formaliza-se como atividade comercial com as *gazetas* venezianas copiadas e vendidas por uma “gazeta”. Neste processo a informação passa a ter um valor também como “produto” com potencial comercial, que passa a ser vendido diretamente ao público -

É justamente o caráter de utilidade/compromisso público o elemento que condiciona a racionalização do processo de construção do conteúdo jornalístico, que o apoia no discurso de neutralidade e objetividade, elementos que, por sua vez, são formadores do *ethos* jornalístico, e que dão as condições para consolidar uma *ideologia profissional*, que as notícias devem ser selecionadas a partir dos acontecimentos recentes (o compromisso com a atualidade) que tenham de relevância e interesse público. E justamente a partir deste argumento que o jornalismo se autolegitima como uma instituição essencial para as democracias, mas também é esse elemento que o define como profissão.

Considerado estes pontos, fica claro que na percepção de Weber – ou na percepção possibilitada a partir de suas análises do jornalismo – a atividade deve ser compreendida como um tipo de ação social racional, cujo sentido pode ser interpretado por meio da construção de uma razão que justifica sua existência – é, portanto, um serviço público.

Com este objetivo, e sempre apoiando-se em uma ideologia profissional cujas bases novamente retornam a uma racionalidade conceitual, é que as notícias são selecionadas a partir de fatos revestidos de relevância e interesse público. Também é a partir desta racionalidade que o jornalismo se autolegitima frente à sociedade urbana e industrial da contemporaneidade como uma instituição essencial para a manutenção das democracias, mas também como uma profissão a ser valorizada, pois supre a necessidade de colocar em circulação informações e ideias, e tudo mais que possa ser considerado importantes e necessárias para que os indivíduos (cidadãos?) efetivamente estejam aptos a decidir o seu futuro – e o do Estado – da melhor maneira possível.

Inserido entre o público e o privado o jornalismo não é puramente um negócio, é também uma ação de profissionais que atuam a partir de valores, de jornalistas que produzem as notícias, mas o fazem a partir de uma racionalização da atividade, ou seja de rotinas profissionais que, pelo menos em termos discursivos, garantem os elementos definidores da atividade.

Sendo ao mesmo tempo atividade comercial voltada para o lucro e atividade profissional condicionada pela ética, o jornalismo torna-se em si mesmo uma instituição, e como tal desenvolve interesses próprios que eventualmente comprometem ou condicionam a sua delimitação inicial. O jornalismo é racional em relação a seus valores, mas também uma ação racional em relação a fins, uma vez que foi historicamente formatado como organização privada capitalista – condição reforçada no século XXI, quando se insere em mídias voltadas para o entretenimento, nas quais o jornalismo é apenas uma parte dos variados produtos culturais oferecidos pelos grandes conglomerados de comunicação – com evidentes interesses na ampliação do seu capital simbólico e na sua capacidade de aumentar seus lucros e sua força de barganha nas relações com outras instituições de poder.

No entanto, ao inserir-se no jogo político do poder como uma força, o jornalismo extrapola sua condição inicial de divulgador dos fatos, e passa a ser uma atividade cujo primeiro objetivo é a manutenção de um *status* que não apenas garanta a sua sobrevivência imediata por meio de arrecadações lucrativas – o que fomenta uma ligação atávica com a grande indústria – mas que também possibilite se manter e mesmo se fortalecer como instituição, ampliando seu alcance e suas possibilidades de interferência na vida social.

Groth, discípulo de Weber, se aprofunda nestes estudos sobre o jornalismo desenvolvendo as bases da jornalística. Sua base conceitual envolve a percepção de que para desenvolver-se interage em um mundo objetivo, rodeado pela natureza, sociedade e cultura. No entanto, este mundo diante de si está em permanente mudança. Conseqüentemente, os conteúdos jornalísticos abrem possibilidades de

por meio da compra dos jornais nas bancas de revista ou por assinatura - ou de forma indireta, como suporte/apoio que prende ou traz para a atenção do público para (outros) produtos comerciais. Essa relação irá se ampliar até a implantação dos conglomerados midiáticos, voltados para a comercialização não apenas de conteúdos jornalísticos, mas de diferentes conteúdos.

novas relações e novas percepções da realidade, atuando como um mediador de tudo que é digno de saber do mundo diante de todos [...] (GROTH, 2011, p. 177).

Os estudos de Groth (2011) destacam que a totalidade jornalística está contida em quatro aspectos: a atualidade, a difusão pública, a universalidade e a periodicidade. Isolados, cada um destes elementos tem um significado específico que define as atividades jornalísticas em função das condições sociais, estruturais ou econômicas e até mesmo técnicas que possibilitam a sua realização da atividade jornalística. Mas é a compreensão dos vínculos internos destes quatro pontos que abrem espaço duas questões:

- a) Os limites institucionais ou empresariais do jornalismo. A necessidade da existência de uma estrutura de produção, que demanda investimentos e parâmetros organizacionais (normas de operacionalidade interna) para a produção de conteúdo. Portanto, a necessidade do jornalismo de funcionar como uma empresa; o que por sua vez empurra a atividade para relações de dependência com o capitalismo industrial moderno;
- b) A compreensão de que as normas de operacionalidade interna que possibilitam a captação e divulgação de informações são também elementos de mediação, que formatam/reformatam e até deformam as informações. É justamente a partir deste ponto, aliás, que se desenvolvem os estudos que irão marcar o que se convencionou chamar de Teorias do Jornalismo: questões relativas as rotinas produtivas (*newsmaking*), a seleção das informações (*gatekeeper*) entre outros.

6 Observações Finais

Os modelos de Jornalismo que se desenvolveram nas sociedades pós-coloniais latino-americanas envolvem uma relação de forças econômicas, sociais e políticas. Trata-se de um tipo híbrido de *quase* monopólio controlado por poucas famílias, mas sendo estes grupos arautos de uma modernidade e de um modelo de democracia cuja base se assenta no neoliberalismo e no capital especulativo, eventualmente este espaço também se transveste (ou investe) em palco de reivindicações sociais, de busca pela modernidade e de luta por melhorias na qualidade de vida.

Inserida nesta relação, a percepção do jornalismo na América Latina a partir da Leitura Crítica da Mídia aponta que o que está realmente em foco nas suas práticas são as relações de poder; e conseqüentemente, o próprio processo democrático. Neste sentido, cabe também questionar o papel do jornalismo como mediador da cidadania.

Evidentemente, não estamos colocando aqui jornalismo como única possibilidade de mediação na relação indivíduo-cidadania. Mas o jornalismo produz um conhecimento que, sendo diferente do científico¹¹, ao mesmo tempo que hierarquiza os acontecimentos do mundo, tende a carregar consigo credibilidade suficiente para validar e acrescentar dados à vida social, e portanto interferir na sua dinâmica. O discurso legitimador constantemente repetido pelos veículos jornalísticos agrega importância à atividade, mas também empodera aqueles que tem acesso às informações disponíveis no seu conteúdo. Desta forma, cada vez que o jornalismo oferece informações relevantes sobre saúde, leva a um questionamento sobre opções de vida e tratamentos. Em um sentido mais amplo, informações sobre deveres e direitos, empodera os sujeitos frente às instituições e ao Estado, contribuindo para mudanças e adaptações.

Estas relações, constantemente colocadas a prova em função do desequilíbrio histórico entre os sistemas privado e o interesse público, a concentração familiar das empresas de radiodifusão e a propriedade cruzada dos veículos de comunicação, além dos evidentes vínculos dos grandes grupos

¹¹ Meditsch (1997, p. 7) explica ainda que “o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal, mas em compensação, será também menos artificial e esotérico.”

de mídia com lideranças políticas regionais e locais, são questões que expõem os limites de uma imprensa que se propõe livre, mas que na verdade é incapaz de promover a real inclusão da maior parte da população no acesso às informações de qualidade.

Referências

- Benjamin, W. **Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem Humana**. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1992.
- Bobbio, Norberto. **O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986
- Braga, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia: Dispositivos sociais de crítica midiática**. São Paulo: Paulus, 2006.
- Braga, José Luiz. Constituição do campo da Comunicação. In: *COHN, Gabriel et alii* (orgs.). **Campo da Comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas**. João Pessoa: Universitária: UFPB, 2001.
- Freire, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- Geuss, Raymond. **Teoria crítica: Habermas e a Escola de Frankfurt** / tradução Bento Intamar Borges. - Campinas, São Paulo: Papyrus, 1988.
- Groth, Otto. **O poder cultural desconhecido: fundamentos da ciência dos jornais**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- Martin-Barbero, Jesus. **Ofício de cartógrafo. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2004.
- Martin-Barbero, Jesus. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. 7 ed. 1. Reimp. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.
- Orozco Gómez, Guillermo - Recepción televisiva y mediaciones: la construcción de estrategias por la audiência. In: **Televidencia. Cuadernos de Comunicación**, n. 6, Mexico, 1994. (p. 69-88).
- Polistchuk, Ilana e TRINTA, Aluizio Ramos. **Teorias da Comunicação: o pensamento e a prática do jornalismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- Rüdiger, Francisco. **A Escola de Frankfurt**. In: **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências** / Antonio Hohlfeldt, Luiz C. Martino, Vera Veiga França (orgs.) – 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 131-150.
- Weber, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política, In: **Metodologia das ciências sociais** - Parte 1. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

Weber, Max. Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol II. Número 1, 2005. p. 13-21. Florianópolis, UFSC.

Weber, Max. O conceito de casta. In IANNI, Octávio. (org.) **Teorias da estratificação social: leituras de sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1972. p136-163.

